

PACHECO, Christiane de Assis. Jardim Botânico do Rio de Janeiro: memória e arquivo. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. Pp. 110-114. (ISBN 85-904198-1-9)

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO: MEMÓRIA E ARQUIVO

Christiane de Assis Pacheco *

Resumo – Este trabalho tem por objetivo discutir a questão do documento, da memória e do arquivo histórico da comunidade de cientistas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Se, por um lado, essa instituição promove diferentes estratégias de preservação da sua memória, através de publicações comemorativas etc., por outro, ela não conserva e mesmo destruiu a maior parte de sua documentação histórica. Quais são, portanto, os critérios de preservação documental e de salvaguarda da memória institucional? Ao que tudo indica, esses critérios estão intimamente ligados à própria especialidade “tradicional” do Jardim: a botânica sistemática. Para alguns desses botânicos, seus documentos e sua memória estão guardados no que consideram seu arquivo: o herbário da instituição. O que é, portanto, o documento para os botânicos, qual a sua especificidade e de que forma esta definição pode influenciar na preservação da documentação científica e histórica dessa comunidade são algumas das questões abordadas neste trabalho.

Este trabalho é tema da pesquisa da autora para sua dissertação de mestrado e tem como questão central a preservação da memória científica no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, instituição criada em 1808, logo após a chegada da família real portuguesa ao Brasil.

Se, por um lado, essa Instituição define como missão a preservação de seu “acervo cultural-arquitetônico e científico”, por outro demonstra um lamentável descaso em relação ao seu acervo documental.

A idéia desta pesquisa surgiu durante uma pesquisa histórica feita pela autora para a elaboração de um livro sobre o herbário da Instituição. Ao tentar consultar o arquivo da Casa, descobriu-se que ele era quase inexistente. O que hoje se poderia chamar de o Arquivo Geral do Jardim Botânico é uma antiga cocheira que abriga algumas caixas com documentos, sendo os mais antigos da década de 1960. O local, com goteiras e infiltrações, não é aberto ao público e não tem qualquer funcionário

* Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO) – Mestrado em Memória Social e Documento, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: assispacheco@hotmail.com

especializado para organizar seu acervo.

O mais surpreendente, porém, foi descobrir que a maioria dos documentos históricos da Instituição, já quase bicentenária, havia sido queimada numa grande fogueira acesa no pátio por alguns funcionários, para “queimar a papelada velha”, como me informaram.

A cena de uma fogueira é emblemática do tratamento que instituições científicas vem dando a sua memória e a sua história. Grande parte da documentação científica brasileira está irremediavelmente perdida e, até hoje em dia, poucos são conscientes da importância de sua preservação. Os arquivos de instituições científicas guardam, no geral, muito pouco da memória de suas atividades científicas e da de seus cientistas.

O caso do Jardim Botânico do Rio de Janeiro pode ser um entre muitos, mas apresenta algumas especificidades que procuro abordar aqui.

Segundo Roberto de Andrade Martins, num texto sobre arquivos universitários, a maior parte da documentação científica produzida numa instituição é selecionada para guarda ou destruição e organizada ou não pelos próprios cientistas. A preservação ou não dos registros dependeria “da importância que o próprio pesquisador atribui a cada tipo de atividade e documento” (MARTINS, 1992).

Quais seriam, portanto, os documentos importantes para os botânicos? Que documentos produzidos em suas atividades de trabalho e pesquisa seriam considerados dignos e necessários de serem preservados – e por quê?

No trabalho de um botânico, vários são os registros materiais produzidos: livros, artigos e publicações diversas, cadernetas de campo, relatórios de pesquisa e de excursões, projetos, fotografias, anotações. Um registro, no entanto, desfruta de especial atenção no que diz respeito à preservação: as *exsicatas*, isto é, as amostras de plantas que compõem o acervo do herbário.

Um herbário é, por definição “uma coleção de referência contendo espécimes de plantas documentadas e preservadas, sejam secas e prensadas e/ou aquelas preservadas em líquido conservante”¹. Através de entrevistas com alguns botânicos do Jardim, vimos que estes *consideram o herbário seu arquivo por excelência*, já que, segundo eles, as plantas desidratadas e as informações a elas anexadas podem dar conta de boa parte da história e da memória das atividades científicas dos botânicos da Instituição e fornecer informações sobre as práticas e tendências científicas de determinadas épocas. Enfim, o herbário é um excelente arquivo histórico e científico, rico e cuidado com muito zelo. O herbário é definido ainda, pelos botânicos, como “um patrimônio científico e cultural do país”, “um verdadeiro laboratório, valioso no ensino da Botânica”, “um precioso legado para as futuras gerações” (MARQUETE *et al.*, 2001, 12-13).

As amostras do herbário são importantes por seu valor científico, como testemunhos da flora e como instrumentos de trabalho e pesquisa, por seu valor estratégico e econômico (vide os atuais debates sobre acesso a recursos genéticos), mas também por seu valor histórico. Segundo os botânicos, as *exsicatas* trazem, de uma só tacada, ciência, memória, história e, por vezes, arte. Vejamos porque.

As plantas coletadas pelos botânicos em suas excursões são prensadas em papel e, nele, é colada uma ficha contendo as informações sobre a planta: o nome do coletor e o seu número de coleta, a procedência da planta, seu nome científico, suas características na ocasião da coleta, as características do ambiente de origem e outros dados que o coletor considerar necessários.

Além da ficha, há as etiquetas chamadas “det.”, que contêm a determinação da espécie. Essas podem ser feitas pelo próprio botânico que coletou ou por outro, normalmente um especialista naquela

¹ Definição do documento: Diretrizes para assistir instituições botânicas participantes na preparação de políticas institucionais baseadas nos “Princípios do acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios para instituições participantes”. Cartagena, 2000 (produzido por jardins botânicos e instituições de 19 países), disponível em: <http://www.jbrj.gov.br/crag/cartagena.htm>

família ou espécie. Uma mesma exsicata pode conter anotações de sucessivas gerações de botânicos e, principalmente, várias etiquetas com a revisão da determinação da espécie feitas por diferentes pessoas e mesmo pelo próprio coletor. As etiquetas com informações erradas ou ultrapassadas nunca são retiradas da exsicata. Segundo Marly Pires Morim, uma das botânicas entrevistadas,

As informações que estão ali naquela exsicata são de responsabilidade exclusiva do coletor e nunca devem ser alteradas. Mesmo que eu veja hoje que aquele coletor cometeu um erro, eu não posso, não devo pegar aquela ficha original e riscar. Eu posso até, e devo, fazer uma observação e colocar em anexo [...] mas é uma retificação. Porque aquilo ali é história (Marly Pires Morim, comunicação pessoal).

Pelas fichas pode-se, de fato, recuperar várias informações históricas tais como: os aspectos e formações vegetais de uma região no passado, o interesse de certas épocas em relação a tipos específicos de plantas, os caminhos do conhecimento científico, os erros cometidos no passado, a trajetória dos pesquisadores, das expedições científicas e da própria Instituição, etc. Há, inclusive, trabalhos de historiadores que usam o herbário e as exsicatas como fonte histórica.

O documento do herbário também evoca lembranças das experiências vividas pelos próprios botânicos que o estão consultando. Uma data ou o nome de um local registrado na ficha da exsicata são elementos que fazem o pesquisador se lembrar da excursão em que coletou a amostra, da pesquisa que estava realizando na ocasião, de seus próprios caminhos e os de seus companheiros. Os botânicos dizem que no herbário, consultando e manuseando as exsicatas, não raras vezes são invadidos pela emoção das recordações.

O preparar, consultar e manusear as exsicatas é realmente um trabalho especial. Pois se nelas, como já foi dito, misturam-se histórias, memórias individuais e institucionais, conhecimento científico e emoções, igualmente importante é a sensibilidade advinda da elaboração e do contato com o documento. Segundo os botânicos que elaboraram o livro sobre o herbário, “O manuseio de coleções e documentos produzidos em épocas tão remotas, que hoje são relíquias históricas, é um momento fascinante e de grande aprendizado na vida de um pesquisador” (MARQUETE *et al.*, 2001, p. 13).

Os botânicos admitem, portanto, o valor da história e da memória para o aprendizado da ciência. Mas, nem por isso, todos os registros produzidos têm o mesmo estatuto e importância. Se as informações históricas anexadas às plantas do herbário são preservadas, os outros registros que mencionamos, se perdem.

O Jardim Botânico é marcado por uma grande descontinuidade administrativa, tendo sido subordinado a diversos órgãos distintos e gerido por diretores com objetivos muito diversos, ora privilegiando as atividades científicas, ora as atividades culturais e de lazer. No meio dessa inconstância de objetivos e gestões, a preservação da documentação histórica foi sendo negligenciada. Alguns diretores se preocuparam com o assunto, notadamente o botânico João Barbosa Rodrigues, um dos mais importantes diretores da Instituição, entre 1890 e 1909. Barbosa Rodrigues criou o herbário, o museu botânico, a biblioteca e um arquivo, e escreveu, em 1908, um livro sobre a história do Jardim, por ocasião de seu 1º centenário. Outro diretor também preocupado com a recuperação de algumas informações históricas foi Oswaldo Bastos, na década de 1970.

Paralelamente às providências em relação à preservação da documentação histórica, tomadas ou não pelos diretores e administradores (muitos deles também botânicos), os cientistas alimentaram e consultaram seu próprio arquivo: o herbário. Nele depositaram e continuam depositando os documentos que lhes são mais caros.

Se, por um lado, a instituição e os botânicos reservaram espaço para as amostras do herbário, os outros documentos, segundo os próprios botânicos, não imediatamente úteis para o conhecimento científico, acabaram se perdendo. Já não é mais possível recuperar, por exemplo, cadernetas de campo

e relatórios de excursões feitos por importantes cientistas da Instituição e da História da Botânica brasileira. Alguns botânicos reconhecem precisar, vez por outra, consultar uma anotação de determinado cientista, há muito falecido ou aposentado.

Alguns botânicos se importam com o problema da preservação da documentação científica e lamentam não poder legar ao Jardim seus arquivos pessoais. Afinal, sabem que a Instituição não irá preservá-los, pois não tem espaço ou pessoal destinado para isto. Mas essa preocupação não se traduz em nenhum tipo de ação mais contundente. Lamentam e ponto. No fundo, sentem-se resguardados do fantasma do esquecimento graças aos documentos do herbário. Mesmo estes que dão importância à preservação, alegam que as informações de relatórios, de excursões e cadernetas podem ser achadas nas exsicatas. Não mencionam correspondências, aulas e outros registros.

Tudo indica que há, de fato, uma diferença de *status* em relação aos documentos gerados pelos botânicos. Se, por um lado, cuidam daqueles do herbário, por outro, não preservam os registros que não sejam considerados estritamente científicos.

Segundo o historiador Jacques Le Goff, *todo documento é um monumento*, uma vez que todo testemunho do passado, “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1984, p. 103).

Nenhum documento é neutro. A escolha de um “traço” do passado como documento, o fato desse traço ter sido selecionado (ou esquecido) pelo historiador ou pelos agentes envolvidos diretamente no processo de salvaguarda de uma determinada memória, implica sempre em alguma intencionalidade, em jogos de poder e relações de força.

No documento do herbário e na própria ciência botânica (assim como em outras) há um elemento que deixa claro esse caráter de monumento: as regras da Nomenclatura Botânica. O batismo de novas espécies é uma aspiração constante, pois representa não apenas uma valiosa amostra da produção científica do pesquisador, mas é também uma forma de inscrever seu nome na história da botânica e, de certa forma, na própria natureza.

Mas não é somente o próprio nome que os botânicos procuram eternizar em seus documentos. Uma prática muito comum e reveladora é a homenagem que os botânicos, ao descreverem um novo gênero ou espécie, fazem a outros pesquisadores, geralmente mestres e companheiros de trabalho. Obedecendo às regras da Nomenclatura, o nome do homenageado é latinizado e passa a compor o nome científico da planta. Os exemplos são muitos. Só Dra. Graziela Barroso, botânica do Jardim de renome internacional, já teve 3 gêneros e 25 espécies dedicados a ela.

Também os nomes dos coletores ficam registrados nas fichas das exsicatas. Quanto mais coletas, mais prestígio tem o botânico, pois essas demonstram sua produção científica, sua contribuição ao herbário, sua vida profissional profícua. A quantidade pode ser atestada pelo número da coleta que fica registrado em cada exsicata, ao lado do nome do coletor. Enfim, todos querem deixar seus nomes nos documentos. Nos documentos que, com certeza, serão preservados.

Se todo documento é um monumento, parece que nos documentos do herbário, ao contrário dos outros, a intencionalidade do registro está mais presente e é totalmente consciente: através desses documentos, da certeza de que serão preservados, dos nomes dos botânicos nas exsicatas, dos nomes dos homenageados nas novas espécies etc., os botânicos inscrevem seus nomes e suas práticas na memória e na história da Botânica e da Instituição.

Concluindo, a escolha de determinado registro por parte dos cientistas é uma questão a ser pensada pelos historiadores da ciência. Afinal, toda fonte deve ser analisada criticamente. Por quê um determinado registro sobreviveu ao tempo enquanto outros desapareceram?

A questão da memória e de seus registros pode ser reveladora de muitos aspectos de uma determinada comunidade científica ou instituição. Entender o quanto de intencionalidade há na preservação de cada documento escolhido ou não pelos cientistas é o primeiro passo para a compreensão e crítica da fonte histórica que se está utilizando para se fazer história da ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *Enciclopédia Einaudi, volume 1: Memória – História*. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.
- MARQUETE, Nilda F. da Silva, CARVALHO, Lúcia d'Ávila F. & BAUMGRATZ, José Fernando (orgs.). *O Herbário do Jardim Botânico do Rio de Janeiro: um expoente na história da flora brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2001.
- MARTINS, Roberto de Andrade. O sistema de arquivos da universidade e a memória científica. *Anais do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários*. Campinas: Unicamp, 1992. Pp. 27-48.
- RODRIGUES, J. Barbosa. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro: uma lembrança do primeiro centenário 1808-1908*. Rio de Janeiro: Ed. Bevilacqua, 1998.